



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Financiamento.

## O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CARIACICA (ES): O PERÍODO DE 2013 A 2016

Izabela de Carvalho Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo trata do orçamento da Política de Assistência Social no município de Cariacica. A análise e discussão do orçamento municipal proporcionam maior compreensão de quais prioridades foram estabelecidas e quais necessidades foram atendidas, além de contribuir com o controle social no sentido de apresentar de forma sistemática onde e como os recursos estão sendo aplicados no município.

**Palavras-chave:** Assistência Social, Financiamento, Fundo Municipal de Assistência Social, Região Metropolitana da Grande Vitória.

**Abstract:** The present study deals with the budget of the Social Assistance Policy in the city of Cariacica. The analysis and discussion of the municipal budget provides a greater understanding of what priorities were established and what needs were met; in addition to contributing to social control in order to systematically present where and how resources are being applied in the municipality.

**Key-words:** Social Assistance, Financing, Municipal Social Assistance Fund, Metropolitan Region of Grande Vitória.

### INTRODUÇÃO:

Este estudo tem por objetivo explorar e analisar o financiamento da política de Assistência Social no município de Cariacica (ES), no período de 2013 a 2016. Também compõe a pesquisa acerca do Financiamento da Política de Assistência Social na Região Metropolitana da Grande Vitória. O tema abordado se mostra relevante, pois possibilita identificar os investimentos realizados no município com recursos públicos, revelando quais programas, ações e serviços têm sido priorizados. Isso permite descortinar as tensões políticas que permeiam o orçamento das políticas públicas. (SALVADOR, 2010)

O município de Cariacica é considerado, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), um município de grande porte<sup>2</sup>, o que significa que precisa dispor de todos os programas, ações e serviços, na modalidade de proteção social básica<sup>3</sup> e proteção social especial<sup>4</sup> de média/alta complexidade. Cabe pensar, diante

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, E-mail: ics.izabela@gmail.com.

<sup>2</sup> De acordo com a PNAS (2004), tomando por base a divisão adotada pelo IBGE, são aqueles “cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias).”

<sup>3</sup> É o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunidade. Sua organização pretende garantir o direito à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2005).

da realidade orçamentária do município, a implementação do sistema institucionalizado pelo Governo Federal.

O estudo teve por objetivo geral compreender a particularidade do financiamento da Política de Assistência Social no Município de Cariacica (ES), considerando o período de 2013 a 2016. Diante disso, algumas questões nortearam este estudo: Qual o orçamento total de receitas do município de Cariacica? Quanto desse recurso tem financiado a política de Assistência Social? Em que medida esse recurso tem sido executado? Qual a direção dos gastos e qual a fonte dos recursos? Quais os programas e ações da política de Assistência Social têm sido priorizados? Como ocorre a relação entre os entes federados?

Para o estudo do financiamento e do gasto com a Política de Assistência Social utilizamos a proposta metodológica de Fagnani (1988), que indica os seguintes elementos: as fontes de financiamento<sup>5</sup>, a magnitude dos gastos<sup>6</sup> e o destino ou direção do gasto<sup>7</sup>. As etapas da pesquisa foram constituídas de pesquisas bibliográfica e documental. Os documentos usados foram os disponíveis no portal da transparência do município.

Os gastos orçamentários e as informações analisadas corresponderam ao conceito de despesa paga, ou seja, momento em que ocorreu efetivamente a transferência dos recursos públicos para o credor<sup>8</sup>. Os gastos orçamentários foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna<sup>9</sup> (IGP-DI), média anual, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SALVADOR, 2012).

---

<sup>4</sup> Conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (BRASIL, 2005).

<sup>6</sup> Permite “verificar se os valores previstos foram executados, se os montantes aprovados e executados correspondem à amplitude e à gravidade da situação social que constitui objeto de intervenção da política social [...]” (Ibid., p.217)

<sup>7</sup> Significa “perceber onde está sendo aplicado o recurso, quais os programas que têm prioridade, qual é a proporcionalidade na distribuição dos recursos entre as ações e também entre as esferas de governo.” (Ibid., p. 217)

<sup>8</sup> Conforme Salvador (2012), as despesas públicas têm três estágios: empenho, liquidação e pagamento. O empenho significa reserva de dotação orçamentária no orçamento. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base títulos e documentos comprobatórios a Fazenda Pública. As despesas somente serão pagas após sua regular liquidação, ou seja, se a mercadoria ou serviço for respectivamente entregue e elaborado conforme solicitado. O pagamento é o ato que satisfaz ao credor e acaba com a obrigação. Aqui ocorre efetivamente a transferência dos recursos públicos para o credor.

<sup>9</sup> “O IGP-DI é um índice ponderado, composto pelo Índice de Preços do Consumidor (IPC), Índice de Preços por Atacado (IPA) e Índice Nacional de Custos da Construção Civil (INCC). Com isso, busca-se eliminar os efeitos da inflação e desvalorização da moeda. A utilização de um índice mais amplo da inflação fornece a ideia mais precisa do custo que a seguridade social tem para a sociedade e a economia na íntegra, na medida em que os tributos que financiam as políticas de previdência, assistência social e saúde, incidem sobre todos os setores econômicos, não apenas sobre os produtores de bens e serviços finais [...]” (SALVADOR, 2010, p. 51).

## DESENVOLVIMENTO

A discussão realizada acerca do financiamento da Assistência Social do município de Cariacica parte da compreensão da categoria Fundo Público e do orçamento público.

O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p.16)

Para além do exposto, o fundo público tem papel fundamental no cenário do capitalismo contemporâneo, sendo essencial na garantia da acumulação produtiva e das políticas sociais. O fundo público se relaciona diretamente com a reprodução do capital, uma vez que está presente no financiamento das políticas sociais e gastos sociais que garantem a reprodução da força de trabalho. Essa relação se configura como questão estrutural do capitalismo. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014)

O orçamento se conforma, de acordo com Salvador (2014), como a expressão mais visível do fundo público. Porém, o orçamento não consiste apenas em um instrumento de planejamento de governo. Nele se expressam as diretrizes econômicas e políticas. De acordo com Oliveira (2009), o orçamento pode ser visto como espelho da vida política, pois é possível observar quais políticas públicas são priorizadas, quais grupos têm sido mais beneficiados e quais sofrem com maior ônus de tributação. No orçamento estão refletidos os conflitos de classes presentes nas reivindicações de implementação e financiamento das políticas, possibilitando observar a força hegemônica na sociedade.

A partir dessa perspectiva, foram sistematizados e analisados os dados orçamentários do financiamento da Assistência Social do Município de Cariacica no período de 2013 a 2016. O período estudado contempla duas gestões do município, de 2010 a 2013, com o prefeito Helder Ignacio Salomão (PT); e de 2014 a 2017, com o prefeito Geraldo Luzia de Oliveira Junior (PPS). Assim sendo, serão analisados dois Planos Plurianuais. O correspondente à primeira gestão inclui apenas o ano de 2013; ao outro PPA, os anos seguintes.

Tabela 1. Receitas previstas e autorizadas da Prefeitura Municipal de Cariacica, no período de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Receita prevista	739.277.483,00	858.299.027,95	872.841.568,50	789.578.710,25
Receita realizada	576.496.729,23	643.391.398,35	614.793.696,73	577.989.622,95

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

Para entender as particularidades do financiamento da Assistência Social, é necessário iniciarmos com alguns dados gerais da PMC, como apresentado na Tabela 1. A tabela acima traz a receita prevista e receita realizada pelo município. Destaca-se a distância entre a receita prevista e a receita efetivada. Essa realidade mostra que há um distanciamento entre o que é planejado pela Administração Municipal e o que é realizado de fato, demonstrando uma dificuldade na execução das políticas planejadas.

Tabela 2. Despesas por função – Prefeitura Municipal de Cariacica – 2013-2016

Nº	Função	2013	2014	2015	2016	%
02	Judiciária	8.489.229,99	8.727.249,95	8.350.668,11	7.444.072,63	1,56
04	Administração	89.708.763,08	90.626.672,57	87.695.588,83	74.105.175,82	16,17
05	Defesa nacional	984,82	-	-	-	0,00
06	Segurança pública	500.499,34	117.705,92	53.882,80	422.437,06	0,05
08	Assistência social	14.843.473,29	14.454.819,51	12.189.301,66	12.501.998,96	2,55
10	Saúde	-	113.503.901,61	113.156.875,16	91.423.319,86	15,03
11	Trabalho	1.159.488,37	791.558,33	0,00	0,00	0,09
12	Educação	236.580.222,38	233.073.033,09	234.521.640,81	216.500.084,48	43,51
13	Cultura	1.672.100,50	2.402.899,67	1.793.510,42	1.528.581,70	0,35
14	Direitos da cidadania	167.834,64	180.483,65	1.044.277,58	204.825,92	0,08
15	Urbanismo	83.358.721,30	84.548.811,71	93.913.820,50	94.876.729,83	16,86
16	Habitação	0,00	1.141.973,45	178.537,04	288.478,00	0,08
17	Saneamento	794.691,03	219.792,58	156.450,13	176.319,03	0,06
18	Gestão ambiental	1.437.665,25	1.267.018,98	127.986,77	598.328,91	0,16
19	Ciência e tecnologia	709.601,52	0,00	0,00	0,00	0,03
20	Agricultura	609.516,74	1.473.348,23	817.123,75	531.292,82	0,16
22	Indústria	653.757,73	-			0,03
23	Comércio	33.365,28	66.434,90	480.638,13	61.969,64	0,03
26	Transporte	0,00	1.347.958,26	999.635,40	477.243,62	0,13

27	Desporto	1.347.630,42	986.017,90	996.363,45	704.285,00	0,19
28	Encargos especiais	16.338.568,98	15.871.472,14	14.334.277,55	14.230.379,28	2,87
99	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		458.406.114,66	570.801.152,47	570.810.578,10	516.075.522,57	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

A discriminação de despesas por funções<sup>10</sup> e subfunções foi definida pela Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999. Ao analisarmos os gastos por funções de governo, de acordo com a Tabela 02, observamos que 2,53% da execução orçamentária da PMC no período de 2013 a 2016 foi destinada à política de Assistência Social, sendo a sexta função com maior valor executado, ficando atrás das funções Encargos especiais (2,85%), Saúde (15,35%), Administração (16,05%), Urbanismo (16,87%) e Educação (43,29%).

A partir da tabela supracitada, pode-se perceber que a função com maior valor executado foi a Educação, que somada à Saúde corresponde a 58,64% da execução da PMC, ficando evidente que a Assistência não está entre as prioridades dos governos, apesar de exercer papel fundamental no apoio às famílias que apresentam maior necessidade de apoio financeiro.

Vale destacar também que a função Encargos Especiais, que corresponde também aos custeios de dívidas, em todos os anos analisados se sobressai à Assistência Social. Essa relação mostra que também no nível municipal “[...] a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas” (CHESNAIS, 2005, p. 42).

Tabela 3. Execução Orçamentária da Secretaria de Assistência Social – 2013-2016

Ano	Autorizado [R\$]	Pago	Nível de execução [%]
2013	23.551.116,98	19.653.002,40	83,4%
2014	29.434.685,04	21.260.064,30	72,2%
2015	32.179.157,29	20.444.471,75	63,5%
2016	31.011.952,94	19.949.144,17	64,3%

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

<sup>10</sup> Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Quando se observa a tabela 03, nota-se que existe uma considerável diferença entre o valor autorizado e o valor executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. O ano de 2013 (83,4%) apresenta o maior nível de execução orçamentária. No ano de 2014 (72,2%) há uma expressiva queda dessa taxa, o que se repete em 2015 (63,5%). Em 2016 (64,3%) há um pequeno crescimento da execução, se comparado a 2015.

Conforme Silva (2016), em uma análise da política no âmbito nacional, no período de 2005 a 2012 houve um “choque de gestão” com a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Já o período de 2013 a 2016 se apresenta como um momento crítico para a ampliação da Assistência Social numa perspectiva mais ampla e garantidora de direitos. O período foi de retrocesso, de fechamento de equipamentos de serviços socioassistenciais, diminuição das equipes, redução do acesso aos benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza, além de diminuição drástica de recursos.

Salvador e Teixeira (2014) vêm afirmar que as medidas implementadas para favorecer o capital privado, como desonerações tributárias, quem vêm sendo adotadas desde 2008, afetam diretamente o financiamento da seguridade social e, por sua vez, a Assistência Social.

A baixa execução dos recursos mostra que os programas e ações que foram planejados outrora não têm sido implementados de maneira a ampliar o acesso à essa política. Cabe então o questionamento de como os serviços têm atendido a população que necessita da Assistência Social?

Tabela 4. Recursos executados da Assistência Social por Fonte de Recursos – 2013-2016

Fonte do recurso	2013	2014	2015	2016
Recurso municipal	13.072.086,42	13.009.026,84	12.964.652,15	11.770.144,88
Recurso estadual	2.852.406,65	4.943.693,34	3.482.387,34	5.395.026,31
Recurso federal	3.728.509,33	3.307.344,12	3.997.432,26	2.783.972,98
Total	19.653.002,40	21.260.064,30	20.444.471,75	19.949.144,17

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

A NOB SUAS (2005) prevê a descentralização da gestão da política e cofinanciamento entre os entes federativos. Porém, a participação da União frente aos demais entes federativos tem se restringido a implementar programas e ações descentralizados da esfera federal, e cobrando sua implementação por parte dos municípios. Se configura assim uma maior

obrigação por parte dos municípios na implementação e custeio dos programas. (SALVADOR E TEIXEIRA, 2014)

A realidade supracitada é expressa quando se analisa a tabela 04, ficando evidente que maior parte dos recursos executados pela Semas em todos os anos do período estudado são recursos de fonte municipal, o que mostra que a cooperação entre os entes federativos no que se refere à oferta de serviços e equipamentos previstos pelo SUAS é frágil, uma vez que maior parte é financiado pelo município.

Tabela 5. Recursos executados por programas da Assistência Social – 2013-2016

Programas da SEMAS	2013	2014	2015	2016
Orçamento cidadão	-	0,00	1.207.087,10	2.136.531,03
Serviço de acolhimento institucional para crianças	-	501.711,94	1.519.718,61	1.432.275,90
Benefícios assistenciais	-	5.548.900,39	4.316.692,91	3.667.952,29
Atenção às fam. Pessoas em sit. De vulner. Social	5.811.542,51	-	-	-
Acolh. Instit. Crian. Adol. Pop. De rua	2.861.553,36	-	-	-
Segurança alimentar e nutricional	0,00	-	-	-
Atendimento especializado à família	1.965.997,55	-	-	-
Gestão administrativa	0,00	-	-	-
Gestão social	114.161,99	-	-	-
Programa de acolhimento institucional		2.339.638,48	1.303.143,90	1.232.044,41
Acolhimento institucional para pessoas com deficiência		515.051,88	0,00	44.076,00
Apoio e fortalecimento aos conselhos de direito		0,00	0,00	0,00
Promoção da igualdade racial com equipe		0,00	-	0,00
Cidadania fundamental		0,00	372.660,64	0,00
Programa de planejamento de políticas para as mulheres		0,00	659.602,35	204.825,92
Apoio e fortalecimento aos conselhos de direito		0,00	0,00	0,00
Fortalecimento da inclusão produtiva		67.019,40	0,00	0,00
Serviço de acolhimento institucional para criança		407.280,01	214.655,49	937.205,99
Acolhimento institucional para adolescentes do sexo feminino		365.956,70	761.857,06	0,00
Acolhimento institucional para adolescentes do sexo masculino		449.889,44	491.891,98	813.420,84
Programa família acolhedora		236.977,06	116.240,92	139.987,37
Hospedagem noturna		58.331,70	0,00	-
Implantação de 01(um) restaurante popular		0,00	0,00	0,00

Ampliação da oferta de refeições do restaurante popular	0,00	0,00	0,00
Ampliação da captação de alimentos	0,00	0,00	0,00
Melhoria estrutural do banco de alimentos e do restaurante popular	0,00	0,00	0,00
Centro dia para idoso	0,00	0,00	0,00
Programa de atendimento especializado	192.021,75	0,00	0,00
Plano Cariacica sem homofobia	111.450,78	0,00	0,00
Estação da juventude	69.032,87	12.014,58	0,00
Implementação da política municipal de assistência	42.662,81	111.017,95	9.196,46
Apoio as entidades de atendimento à criança e adolescentes	466.069,66	0,00	190.706,57
Programa de prevenção	117.705,92	3.804,38	0,00
Orçamento cidadão	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

A tabela 05 nos permite observar quais os programas dos PPAs em questão foram priorizados nas gestões. O ano de 2013 apresenta programas diferentes dos anos seguintes por estar contido no PPA de 2010-2013. Nota-se que a quantidade de programas no ano em questão era menor, sendo que o programa de Atenção às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade Social foi o de maior valor executado, seguido do programa de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e População em situação de rua.

Nos anos de 2014, 2015 e 2016, observa-se que o programa com maior execução foi o de benefícios assistenciais e, em seguida, os programas de acolhimento institucional de um modo geral. Nota-se que apesar do aumento no número de programas da Semas, os maiores valores são destinados aos mesmos eixos, sendo que grande parte dos programas não recebeu recursos para serem implementados, alguns não receberam todos os anos e outros receberam poucos recursos.

A constatação de que grande parte dos programas planejados no PPA não foi executada revela que existe uma disparidade entre a elaboração e a execução da política de assistência no município. Cabe o questionamento de como tem se dado o processo de formulação, fiscalização e execução dessa política no município.



Tabela 6. Despesas liquidadas por Subfunções da Assistência Social – 2013-2016

Subfunções	2013	2014	2015	2016	%
Administração Geral	3.578.402,50	354.880,13	459.002,09	490.241,62	8,4
Assistência ao Idoso	0,00	515.051,88	121.249,49	128.822,03	1,4
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.166.124,73	815.846,15	1.391.546,51	1.011.081,14	7,9
Assistência Comunitária	10.323.689,94	12.843.341,04	10.872.334,56	11.324.309,09	82,3
Total	15.068.217,18	14.529.119,21	12.844.132,66	12.954.453,87	100

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Portal da Transparência de Cariacica. Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

A função Assistência Social, já apresentada anteriormente, é dividida em subfunções, sendo quatro delas implementadas no município de Cariacica, conforme Tabela 06. A subfunção Assistência Comunitária corresponde a 82,3% do orçamento executado nos quatro anos, corresponde aos serviços dos Cras, dos Creas e parte das ações do acolhimento institucional. A segunda maior execução é da subfunção Administração Geral, com 8,4%. De acordo com o SUAS, através da Lei 4388/2015, em seu artigo 2º, no que diz respeito aos objetivos da política no município, orientada pela PNAS (BRASIL, 2004):

“I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.”

Quando se compara as subfunções implementadas e os gastos executados com o previsto na lei supracitada, nota-se que não há o cumprimento total da legislação, uma vez que não há a execução da subfunção Assistência ao Portador de Deficiência e as subfunções de áreas fins, com exceção da Assistência Comunitária. À vista disso, cabe o questionamento: os serviços concretizados têm garantido os direitos da população usuária?

Tabela 7. Valores dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal repassados aos municípios de Cariacica – 2013-2016

Ano	Bolsa família <sup>11</sup>		BPC <sup>12</sup> – idoso	
	Nº de Benefícios	Valor	Nº de Benefícios	Valor
2013	53.487	38.985.186,93	3.119	32.546.791,13
2014	54.120	40.744.397,07	3.245	34.340.796,74
2015	58.865	42.088.033,73	3.373	36.796.699,06
2016	56.922	41.768.918,91	3.576	40.788.732,74

(continua)

ano	BPC – PCD		RMV <sup>13</sup>		Total
	Benefício	Valor	Benefício	Valor	
2013	2.923	30.155.562,22	476	5.305.106,30	106.992.646,58
2014	3.019	31.887.817,60	422	4.814.132,28	111.787.143,69
2015	3.176	34.641.292,61	379	4.454.618,20	117.980.643,61
2016	3.344	38.167.057,62	339	3.805.908,74	124.530.618,01

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Relatórios de Ações MDS – SAGI (Secretaria de Acesso e Gestão da Informação) Valores deflacionados pelo IGP-DI – 2013 a 2016.

Ao defrontar-se com a tabela 7, pode-se observar os recursos do Governo Federal repassados diretamente para os municípios de Cariacica. Quando se compara os valores apresentados na Tabela 4 com os da Tabela 7, percebe-se uma distância muito grande entre os recursos federais destinados ao funcionamento dos serviços do SUAS e o valor repassado diretamente aos municípios. Os recursos executados pela Assistência Social no período analisado somam R\$ 81.306.682,62, valor que é inferior ao que é repassado pelo Governo Federal em qualquer dos anos, como se pode observar na tabela 7.

Cabe aqui discutir os interesses de se direcionar poucos recursos para os municípios em face dos benefícios de transferência de renda, uma vez que é por meio das ações promovidas pelos serviços da rede que o trabalho é direcionado para que as famílias acessem informações, tracem planos e ressignifiquem suas vidas.

<sup>11</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda e seu principal eixo é a complementação da renda.

<sup>12</sup> O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade. O benefício é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

<sup>13</sup> A Renda Mensal Vitalícia (RMV) é um benefício em extinção, mantido apenas para aqueles que já eram beneficiários até dezembro de 1995.

Não se pode, é claro, excluir a importância dos Benefícios de transferência de renda, que são empenhados na perspectiva de atenuação imediata da pobreza, também alimentam o comércio local, fazendo girar a economia. O que nos leva pensar que, para além do beneficiamento das famílias, assume um papel no âmbito financeiro e de fortalecimento do capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por intermédio dos dados apresentados no decorrer do presente artigo, foi possível identificar, de modo geral, a realidade orçamentária da Prefeitura de Cariacica, que conta com receita aquém da que é prevista em todos os anos do período analisado. Além disso, observou-se que entre as 22 funções de governo executadas pelo município, a Assistência ocupa o sexto lugar.

Também foi possível analisar que a fonte de recursos a arcar com maior parte do orçamento da Assistência é municipal, quando comparado aos recursos repassados pelo governo estadual e federal, o que é confrontado ao dado referente aos recursos repassados aos municípios através dos Benefícios de transferência de renda.

A realidade supracitada reforça a lógica da municipalização da assistência de forma a enfraquecer o pacto federativo estabelecido constitucionalmente. Esse enfraquecimento atinge diretamente a execução de serviços da Assistência Social do município de Cariacica.

O destino dos recursos também foi discutido, revelando quais os programas e subfunções executadas foram priorizadas e quais tiveram menor direção de recursos. Também foi possível constatar que os programas e ações desenvolvidos não atendem ao que é previsto pela regulamentação da política.

## **Referências**

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS**. Brasília: 15/07/2005.

CARIACICA. **Prefeitura Municipal de Cariacica**. Disponível em: <<http://transparencia.cariacica.es.gov.br/>> Acesso em: 20 ago. 2018.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: A Finança Mundializada:

raízes sociais e políticas, configuração, consequências. CHESNAIS (org). São Paulo Boitempo, 2005.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1998.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 07/12/1993, atualizada e publicada no D.O.U., de 08/12/1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Orçamento e Gestão. **Portaria nº 42 de 14/04/1999**. Lei nº 4.320, de 17/03/1964, atualizada e publicada no D.O.U., de 15/04/1999.

\_\_\_\_\_, (2004). Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

SALVADOR. Evilásio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**. R. Políticas Públicas, São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014.

SILVA. Jeane Andréia Ferraz. **O orçamento e o exercício profissional do assistente social**. Revista Argumentum. Vitória, v. 8, n. 2, p. 73-83, maio-ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E. et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.